

ARGENTINA: DA GUERRA CIVIL À ASCENSÃO DE MITRE [1852-1861].

ARGENTINA: FROM CIVIL WAR TO THE RISE OF MITRE [1852-1861].

Alexandre Borella Monteiro¹

Resumo: O presente artigo abordará a Argentina durante o período de 1852 a 1861, que compreende desde a guerra civil até a ascensão de Mitre. Será analisada a história desse país, suas relações com o Uruguai, com o Paraguai e com o Império do Brasil, desde os tempos de Rosas até a presidência de Bartolomé Mitre. Destacaremos a particular divisão entre Confederação Argentina e o Estado de Buenos Aires, as batalhas que levaram à sua unificação e a ação das classes dominantes portenhas em relação ao Uruguai, Império e ao Paraguai. Temos como objetivo, estudar como se deu esta unificação em torno do projeto econômico de Buenos Aires e como que para poder consolidar este modelo seria necessário para o novo governante argentino esmagar o Paraguai. Seria o modelo paraguaio uma alternativa que poderia trazer ameaças ao projeto liberal importador imposto pela oligarquia bonaerense? Seria o país guarani ainda uma forma de manter a resistência federalista ainda viva? Poderiam os seguidores do caudilho Justo José de Urquiza ainda representar uma real oposição ao grupo liderado por Bartolomé Mitre? Quais os interesses argentinos, em especial à elite de Buenos Aires na guerra contra o Paraguai?

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Civil – Federalismo – Unitarismo – Argentina.

Abstract: This article will address Argentina during the period from 1852 to 1861, ranging from the civil war to the rise of Miter. It will analyze its history, its relations with Uruguay, Paraguay and the Empire of Brazil, from the time of Rosas until the presidency of Bartolomé Miter. We will highlight the particular division between the Argentine Confederation and the State of Buenos Aires, the battles that led to its unification, and the action of the Buenos Aires ruling classes in relation to Uruguay, the Empire, and Paraguay. We aim to study how this unification took place around the Buenos Aires economic project and how in order to consolidate this model it would be necessary for the new Argentine ruler to crush Paraguay. Is the Paraguayan model an alternative that could threaten the liberal importer project imposed by the Bonaerese oligarchy? Is the Guarani country still a way to keep the federalist resistance still alive? Could the followers of warlord Justo José de Urquiza still represent real opposition to the group led by Bartolomé Miter? What are the Argentine interests, especially the Buenos Aires elite in the war against Paraguay?

KEYWORDS: Civil War - Federalism - Unitarianism - Argentina.

Considerações Iniciais.

No presente artigo, analisaremos de maneira sucinta o conflituoso processo de consolidação do Estado Nacional na Argentina. Consolidação que poderia ser centralista, como queriam os *Unitarios*; ou federalista, com maior autonomia e com maior proteção para a economia provincial, como queriam os Federalistas. Sabemos que a Argentina enfrentou grandes dificuldades para se consolidar, enfrentando uma sangrenta guerra civil intermitente. Veremos a importância das ações de suas classes governantes, com destaque para as da província de Buenos Aires, em relação aos vizinhos e as consequências que tal ação teve no

¹ Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo e Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo. Atualmente servidor do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Frederico Westphalen.

desenrolar dos fatos que levaram à guerra estudada. Ressaltaremos o processo de formação da Argentina.

Depois da derrota de Juan Manoel de Rosas [1793-1877], na batalha de Caseros [1851-1852], a Argentina passaria por um processo de guerra civil intermitente na qual as classes dominantes hegemônicas da província de Buenos Aires [*Unitarios*] buscavam a unificação centralizada do país, em favor exclusivo de seus interesses, enquanto os segmentos provinciais federalistas mobilizavam-se pela confederação das províncias, em pé de igualdade. Nesse processo, se defrontariam os Federalistas, chefiados, sobretudo por Justo José de Urquiza [1801-1870], contra os *Unitarios*, que tiveram em Bartolomé Mitre [1821-1906] seu principal dirigente. O confronto teve sua primeira culminância na batalha de Pavón [17 de setembro de 1861], onde Urquiza se retirou do campo de batalha, entregando a vitória a seu tradicional adversário Mitre, que teria consolidado o domínio dos *Unitarios* e centralizador de Buenos Aires sobre as províncias rebeldes, ao golpear a autonomia uruguaia e paraguaia. (ROSA, 1985)

A Argentina apresentaria um conflituoso processo de consolidação como Estado unificado. Primeiramente governada por Juan Manuel de Rosas, que tinha como uma de suas finalidades, assim como, em geral, os anteriores e posteriores governantes de Buenos Aires, a recomposição do antigo Vice Reinado do Rio da Prata em uma confederação hispano-americana, dominada pela província de Buenos Aires (MAESTRI, 2016). Com sua derrota na batalha de Caseros, os argentinos presenciaram mais uma vez uma disputa entre seus expoentes, Mitre, com projeto de monopólio mercantil e portuário e centralizado em torno de Buenos Aires e Urquiza, que propunha uma defesa maior da autonomia e da economia das províncias. Disputa essa que teve um primeiro encerramento na batalha de Pavón, com a vitória do liberal-mitrismo, como assinalado.

1. Buenos Aires e sua importância para a Argentina.

A importância de Buenos Aires na região não se devia apenas ao fato de ela ser a capital da Argentina unificada. Mas também pelo fato de ela ter sido a capital do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata e ter mantido a região sob sua hegemonia comercial, no contexto do domínio espanhol. Lembra o historiador argentino Juan Bautista Alberdi, em *La Republica da Argentina consolidada em 1880 com Buenos Aires por capital, de 1881*. “Su gobierno tenía por jefe a un Virey, armado de poderes ilimitados y absolutos, que le fueron dados por el Rey [de Espanha], en leyes y ordenanzas coloniales, que formaban el Código conocido con el nombre de Leyes de Indias y Ordenanza de Intendentes.” (ALBERDI, 1881, p.1).

Aquele autor destaca que Buenos Aires era cidade portuária, por onde entravam e saíam necessariamente, devido ao monopólio regional determinado pela metrópole, os produtos e riquezas do Vice-Reinado. “La ciudad ribereña de su residencia, Buenos Aires, fue el indispensable y único puerto de entrada y salida que tuvo el Vice-Reino entero, para el tráfico y cambio de sus productos naturales, con los artefactos que recibía de Europa.” (ALBERDI, 1881, p.2).

Alberdi escreve como fica a situação monopólica da cidade-metrópole depois da queda do regime monárquico, com o advento da independência, a partir de 1810.

Después de caído el régimen realista, el gobernador de la Provincia-Metrópoli de Buenos Aires, conservado en plena República escrita, ha dividido los beneficios de la indivisión del poder y del país metropolitano, con otros gobernadores cómplices y partícipes de las rentas que el pueblo producía, pero que no gozaba; y la maquinaria de este nuevo régimen, mera trasmigración del viejo, han sido esas ligas llamadas federales de Gobernadores de Provincias, sin más autonomía que la necesaria para ayudar a mantener la de la Provincia-Metrópoli, usada contra el pueblo de Buenos Aires, desde luego, y en seguida contra los pueblos argentinos interiores. (ALBERDI, 1881, P.12)

Alberdi identifica também um perigo no regime de governo após a queda de Rosas. A divisão do poder, a anarquia ou mesmo a falta de autoridade. Segundo o autor, a existência de dois governos não poderia de modo algum ser benéfico para os argentinos.

Ese peligro se hacía sentir en cada elección de gobierno, porque cada uno de los dos gobiernos en que estaba dividido el poder, lo usaba para renovarse ó perpetuarse en una forma u otra; y cada uno se apoyaría en cada gran sección de las que dividían tradicionalmente al país argentino; es decir, uno en Buenos Aires, otro en las Provincias. (ALBERDI, 1881, p.34)

Segue o autor, referindo-se ao problema da dualidade de poderes e ao perigo da explosão da Argentina em repúblicas independentes:

Baste decir que la Constitución que institua y hacía coexistir a los dos gobiernos nacionales en la Ciudad de Buenos Aires, estaba hecha para producir como su efecto natural y forzoso, desde luego, la anarquía ó falta de gobierno (pues donde hay dos, que se neutralizan, no hay ninguno), y en seguida la desmembración del país argentino en tantas naciones como gobiernos nacionales encierra. (ALBERDI, 1881, p.36)

Portanto, além da anarquia política e da ausência de poder centralizado, Alberdi identifica outro perigo para o caso argentino: o surgimento de nações rivais dentro de um mesmo país. “La coexistencia de dos gobiernos nacionales autónomas ó independientes uno de otro, trae poco a poco, pero inevitablemente, la coexistencia de dos Naciones rivales, dentro del mismo territorio argentino.” (ALBERDI, 1881, p.44)

No que diz respeito ao Império, por exemplo, a estabilização política conseguida pelo Brasil, depois do conturbado período regencial, trouxe-lhes vantagens sobre as nações

vizinhas, especialmente a Argentina. O Paraguai também contou com essa vantagem, uma vez que o dr. Francia governou a nação afastada por mais de vinte anos dos conflitos políticos que reinavam no Prata. Alberdi registra a importância da unificação argentina e da elevação de Buenos Aires como única capital, em uma nação realmente federalizada, superando a divisão entre a Confederação Argentina, com sede na cidade de Paraná, e a província de Buenos Aires, com sede na cidade homônima:

Para hacer de la República Argentina un poder mas fuerte que el Brasil y Chile aliados, bastaría consolidarla y unirla en un solo Poder; y para darle esa consolidación bastaría darle por Capital a Buenos Aires, pues en Buenos Aires se encuentran unidos todos los elementos y fuerzas naturales del poder argentino. Dar al gobierno nacional por Capital y residencia la ciudad de Buenos Aires, es completar el poder que necesita para dejar de ser un poder de mero nombre, pues la ciudad de Buenos Aires quiere decir el Puerto, el Tráfico Directo, la Aduana, el Mercado, el Crédito, el Tesoro de la Nación toda entera. (ALBERDI, 1881, p. 52)

Juan Bautista Alberdi enumera ainda mais razões para a unificação argentina, demonstrando que outras nações contemporâneas conseguiam essa consolidação.

Unitario ó federal, poco importa; son cuestiones de palabras. El sofisma de los nombres ha desfigurado la realidad de los hechos y cosas. La cosa en cuestión, es la formación de un Estado regular, el Estado argentino, más ó menos como el Estado chileno, que es unitario, ó el Estado brasilero, que es medio unitario, es decir, casi federativo. ¿Se dirá impracticable este sistema porque somos muchos los argentinos para formar un solo Estado? Los brasileños son más numerosos, pues son diez millones. ¿Será su forma monárquica la que les dá esa capacidad? La República de los Estados Unidos, es cuatro veces más grande, en población, que el Imperio del Brasil. Nosotros mismos hemos sidp'el doble de lo que somos hoy en población, cuando hace setenta años formábamos un solo cuerpo social hispano-argentino. (ALBERDI, 1881, p.61)

Em uma pergunta que ele mesmo responde, Alberdi resume todo seu entendimento sobre a importância de Buenos Aires para a formação da nação argentina e a forma para chegar a tal. “¿Qué necesita para ponerse à la cabeza de sus vecinos y de todos los Estados de la América del Sud? Que la ciudad de Buenos Aires consienta en ser la Capital de la Nación Argentina, en vez de ser modesta Capital de una Provincia rica, pudiendo serlo de catorce Provincias, capaces de ser opulentas.” (ALBERDI, 1881, p.84) Para ele, portanto, o fundamental era a elevação desta cidade à condição de capital, com a federalização das rendas portuárias.

O argentino Alberdi destaca qual era a principal atividade econômica de Buenos Aires no trecho a seguir:

¿de qué vive Buenos Aires? ¿qué constituye su riqueza y poder? El producto de su trabajo rural y pastoril, sus ganados, sus pieles, sus lanas, sus carnes, sus granos, sus grasas, sebos, etc., etc. ¿Dónde está situado todo eso? [...] El comercio, que es la grande industria de la ciudad de Buenos Aires, es desempeñado por los extranjeros, en que eclipsan á los nativos, por su inteligencia en esa industria privada, que les es

familiar, desde los países extranjeros de su origen, y privativa en el de su establecimiento americano. (ALBERDI, 1881, pp.171-172)

Sendo assim, Buenos Aires, como vimos, fora primeiramente, a sede do Vice-Reinado do Prata, tendo o benefício de ser o porto de entrada dos produtos metropolitanos. Não podemos nos esquecer de que o pacto colonial firmado entre as colônias espanholas e a metrópole previa o regime de porto único. Posteriormente, como leremos no decorrer do artigo, esta cidade se constituirá em cidade autônoma, liderando o processo de unificação em torno do projeto de seu governante, Bartolomé Mitre.

2. A Argentina de Rosas.

Em *La Republica da Argentina consolidada en 1880 com Buenos Aires por capital*, de 1881, Juan Bautista Alberdi propõe que Rosas teria feito um governo absoluto e despótico, nos mesmos moldes dos vice-reis. “Colocado Rosas en el asiento de los vireyes absolutos y omnipotentes, mantuvo su poder despótico, por la división y separación en que mantuvo à todos los argentinos bajo la dependencia de su poder absoluto y omnímodo.” (ALBERDI, 1881, p.192)

Mas quem foi Juan Manuel de Rosas? Moniz Bandeira dá-nos algumas explicações sobre esse caudilho, que se tornou uma figura exponencial na década de 1820.

Esse homem, lembrado pela historiografia oficial apenas como tirano, assumiu o Governo de Buenos Aires em 1829 e logo tratou de unificar e organizar o País segundo os princípios federalistas, firmando com outras províncias o pacto de 4 de janeiro de 1831, que formava a Confederação Argentina e lhe entregava a direção de sua política externa. (BANDEIRA, 1995, p.84)

Bandeira ainda relata mais sobre o governo Rosas.

Durante seu domínio, Rosas manteve a ordem pública em toda a província de Buenos Aires, garantiu a segurança dos negócios e o respeito à propriedade e aos direitos de estrangeiros, reconhecidos em tratados, deslocou as fronteiras ao sul e a oeste, permitindo aos estancieros saciar a fome de terras, e procurou atender, tanto quanto podia, às reivindicações regionais. (BANDEIRA, 1995, pp.84-85)

Segundo Bandeira, Rosas tinha como objetivo restaurar o antigo Vice-Reinado do Prata. Pretendia formar uma confederação sul-americana. “O *sistema americano*, a que Rosas aspirava e na qual o Governo do Império pressentia o propósito de reconstruir o Vice-Reino do Prata, espelhava, no fundo, essa necessidade de submeter o Paraguai e o Uruguai a uma estrutura federal que teria Buenos Aires como epicentro.” (BANDEIRA, 1995, p.86).

Temos de tomar cuidado ao afirmarmos que Rosas pretendia refazer o Vice-Reinado do Prata, tendo Buenos Aires à frente como seu programa central, afinal de contas é importante levarmos em consideração as rivalidades econômicas da época. Não nos parece

que reconstruir o Vice-Reino do Prata sob a liderança de Buenos Aires fosse a política dominante de Rosas, apesar de ser uma orientação importante. Rosas representava, sobretudo, a oligarquia pastoril e charqueadora de Buenos Aires e, a seguir, o capital comercial portuário. Não queremos dizer com isso, que a oligarquia pastoril e charqueadora fossem contra essa orientação política, mas que suas prioridades diziam respeito, primeiramente, à representação dessas classes e, em um segundo momento, às da classe portuária, onde sim, se teria como finalidade controlar as atividades dos portos, colocando Buenos Aires a frente das demais províncias. O autor Bandeira escreve que:

Dessa forma, paralelamente às rivalidades econômicas e políticas entre os diversos grupos rurais e mercantis, à competição pelas pastagens e pelos estoques de gado, à disputa das rendas aduaneiras pelas províncias, pode-se dizer, *grosso modo*, que então se produziu um corte profundo em toda a sociedade platense, estruturada sobre a produção pecuária, defrontando-se, de um lado, os grupos ligados à burguesia comercial, importadora, cujos redutos mais fortes se encontravam nos portos de Buenos Aires e de Montevideú, e, do outro, as classes sociais sustentadas pela economia nativa, as massas rurais, montoneras ou farroupilhas, que os estancieros saladeristas, como facção dominante, acaudilhavam. (BANDEIRA, 1995, p.83)

Por essas razões, Rosas não reconhecia a independência do Paraguai. Em *Os conflitos na Bacia do Prata*, de 1979, o historiador argentino León Pomer assinala.

Rosas negou-se a reconhecer a independência do Paraguai alegando o seguinte: - porque ameaçava a existência da Confederação Argentina; - porque era necessário formar uma nação de respeitável porte e não pequenos e míseros Estados; - porque o caráter competitivo da produção brasileira com relação à paraguaia acabaria por deslocá-la do mercado platense, salvo se o Paraguai como parte da Confederação desfrutasse dos benefícios aduaneiros inerentes à condição de produtor nacional. (POMER, 1979, pp.30-31)

O mesmo autor escreve que Rosas não só não reconhecia a independência paraguaia, como pretendia ser seguido nessa política por seu aliado uruguaio:

Isso ocorria nos primeiros meses de 1845. Rosas já havia fechado os portos argentinos a todo o comércio com o Paraguai, e logrado que Oribe, seu aliado no Uruguai fizesse o mesmo. A extrema irritação de Rosas se devia não tanto à persistência do governo de Assunção em reclamar o reconhecimento de sua independência, mas sim ao fato de esse ter se transformado numa espécie de títere imperial, e por seu atrevimento em fazer alianças com a província argentina de Corrientes, naquela época sublevada contra a autoridade de Rosas. (POMER, 1979, p.31)

Desde os tempos coloniais, Buenos Aires sempre explorara economicamente Assunção com tributos sobre a erva-mate e o tabaco. E é essa tributação sobre os produtos provenientes de Assunção que explicava o isolamento paraguaio, como veremos. Os rios Paraguai e Paraná possibilitavam a comunicação de Assunção com os demais locais do Rio da Prata, especialmente com a capital do Vice-Reinado, Buenos Aires, onde o principal produto paraguaio, a erva-mate, chegava a ser tributado de forma mais pesada de que o ouro, que era quintado. (SILVA, 1978)

A situação, no entanto, não ficaria favorável a Juan Manuel de Rosas, conforme podemos ler no trecho de Bandeira. “Rosas criara, porém, as condições para sua própria derrota. Como Governador de Buenos Aires, abandonara progressivamente os princípios federalistas que ao começo o norteavam, traduzidos, sobre a Lei das Aduanas, e passara a agir como unitário em suas relações com as Províncias do interior e do litoral platense.” (BANDEIRA, 1995, p.107)

O historiador argentino José Maria Rosa inclui também os interesses imperiais em um possível fim do governo de Juan Manuel Rosas.

La presencia de Rosas en Buenos Aires era en 1851 cuestión de vida o muerte [sic] para el imperio. Rosas significaba una voluntad férrea puesta al servicio de un propósito nacional: había logrado la unidad de la porción mayor del virreinato del Plata – disgregado a partir de 1811 por influencia brasileña principalmente – consolidando las catorce provincias enemigas que amenizaban convertir el extremo sur del continente en una Centroamérica de catorce republiquetas independientes; impedido el avance lusitano en las porciones definitivamente segregadas del trono común, como Paraguay y Uruguay; no reconocida la ocupación de las Misiones Orientales ni la ‘libre negociación’ de los ríos interiores argentinos, orientales o paraguayos, sobre todo, su política, hábil y enérgica a la vez, amenazaba unir los países de origen en una fraternidad de común defensa y respeto recíproco. (ROSA, 1985, p.19)

Destaque-se que, ao contrário do sugerido pelo autor, o próprio Paraguai não se negara, originariamente, a participar de uma confederação do Prata, se lhe fosse garantido a autonomia política e comercial por Buenos Aires. No mesmo sentido, Rosas jamais unificou efetivamente a Argentina, pois jamais lhe deu uma Constituição que resolvesse a questão da capitalização de Buenos Aires e a distribuição das rendas portuárias, questões às quais se opunha. (BANDEIRA, 1995)

A situação degradou-se em 1851 Rosas tomou a iniciativa de atacar o Império. Moniz Bandeira, no livro citado, lembra:

Em 18 de agosto de 1851, agravada a crise, Rosas tomou a iniciativa da declaração de guerra, que o Império brasileiro evitava, preferindo [este último] golpeá-lo [a Rosas], obliquamente, através do ataque a Oribe, como no bilhar, a fim de não ferir a Convenção Preliminar de 1828 e não dar pretexto à intervenção da Grã-Bretanha. Dois meses depois, no entanto, o sítio de Montevideú, que se arrastara por anos, terminou. Oribe e as tropas da Confederação Argentina, comandadas, renderam-se a Urquiza praticamente sem resistir. Essa atitude não se deveu tanto ao temor da derrota, na iminência de ter que enfrentar, também o exército brasileiro, avançando sobre Cerrito, como alguns supuseram. (BANDEIRA, 1995, p.108)

A historiografia tradicional identifica Rosas como um ditador sanguinário que degolava seus opositores. Mas, segundo Bandeira, isso era prática comum na região nesse período.

A situação chegara ao ponto em que Rosas só poderia enfrentar o Império brasileiro, recorrendo cada vez mais ao terror político, à *Mazorca*. Não importa, no caso, se ele

mandava ou não degolar seus adversários. *Unitários* ou *federais*, *colorados* ou *blancos*, *caramurus* ou *farrapos*, todos degolavam. Na região do Rio da Prata, onde os gaudérios matavam bois ou cortavam as veias do cavalo para beber sangue e aplacar a sede, onde o cuchilo era o principal instrumento de trabalho, a violência e a morte constituíam o seu cotidiano. (BANDEIRA, 1995, p.108)

No entanto, apresentar a violência da época como resultado da forma de produção nos parece uma explicação bastante ingênua. A violência nasceria das relações sociais e não pelo fato de se cortar as veias dos cavalos ou matar bois ou pelos instrumentos de trabalho.

Em *Os conflitos na Bacia do Prata* (1979), León Pomer escreve como foi o “golpe de misericórdia” em Oribe e Rosas.

Em 21 de novembro de 1851 foi assinada entre o Império e as províncias de Entre Rios e Corrientes uma convenção, que representou o segundo passo decisivo para a queda de Rosas. Comprometeu-se o Império a auxiliar Urquiza economicamente, e todos juntos, inclusive o Paraguai se resolvesse enviar tropas, decidiram marchar contra o governador de Buenos Aires. [...] Em 3 de fevereiro de 1852 – não sem antes derrotar Oribe no Uruguai – um grande exército enviado por Urquiza e integrado por tropas brasileiras, venceu Rosas na batalha de Caseros, às portas de Buenos Aires. Estava terminando uma época histórica no Rio da Prata. (POMER, 1979, pp.42-43)

Uma nova era se iniciava, com a batalha de Caseros, que marcou o fim do período rosista na Argentina. O historiador José Maria Rosa, *rosista*, propõe:

Después de Caseros, la Argentina tenderá su constitución ‘escrita’, pero a costa de su grandeza nacional y su política americanista; mientras Brasil mantuvo su monarquía, su esclavitud, su unidad, los límites reclamados, la libre navegación, convirtió al Uruguay en una práctica dependencia suya y dio influencia económica y política al capitalismo brasileño en ambas márgenes del Plata. (ROSA, 1985, p.21)

Para o historiador argentino Milcíades Peña, em *La era de Mitre* (1968), a derrocada de Rosas deu origem ao que ele chamou de Rosismo sem Rosas. “Em síntesis ‘la revolución del 11 de setiembre de 1852, hecha restauración del *rosismo sin Rosas* y *sin mazorca*; pero lo fue completamente en el orden económico de cosas, que contiene el verdadero poder despótico’.” (PEÑA, 1968, p.12) Milcíades Peña se refere ao governo de Buenos Aires que manteria sua hegemonia sobre o porto e sobre as rendas portuárias.

Consideramos neste tópico que, como já afirmado, Juan Manuel de Rosas nunca chegou a unificar a Argentina efetivamente ou dar-lhe uma Constituição. Entretanto, o fim de seu governo marca o início de uma nova época na História da Argentina. A partir deste momento, haverá uma coexistência entre Confederação Argentina e Buenos Aires, confrontando-se em uma guerra civil intermitente que terminará em 1861, após a batalha de Pavón, com a vitória da cidade portuária independente e antiga capital do Vice-Reinado do Prata.

3. Confederação Argentina *versus* Buenos Aires: um novo conflito.

Com a derrota de Rosas na batalha de Caseros, surgia uma nova situação na América do Sul, com um novo equilíbrio de forças, segundo Bandeira, agora plenamente favorável ao governo do Rio de Janeiro.

A batalha de Caseros, com a derrota de Rosas, rompeu o equilíbrio de poder na Bacia do Prata, mudou a correlação de forças, a favor do Império do Brasil, possibilitando a expansão de sua influência econômica e política, inclusive sobre a Confederação Argentina, e propiciou a consolidação do novo sistema de alianças, dirigido pela Corte do Rio de Janeiro, mas não superou as contradições que laceravam, interna e externamente, os Estados da região e que, por cerca de vinte anos, gerariam sucessivas guerras intestinas e confrontos internacionais, não menos dramáticas e sangrentas. (BANDEIRA, 1995, p.111)

Com a derrota de Rosas, surgem na Argentina literalmente dois Estados distintos: a Confederação Argentina e Buenos Aires, conforme podemos ler no trecho de Doratioto, em seu livro *Maldita Guerra*, de 2002:

Derrubado Rosas, os governadores das províncias argentinas assinaram, em maio de 1852, o Acordo de San Nicolás, que redefiniu o Pacto Federal de 1831, que criara a Confederação. Enquanto treze províncias juraram, no Congresso de Santa Fé, a Constituição de 1852, que sacramentou as aliterações descentralizadoras, Buenos Aires, que persistia no projeto de um Estado argentino no qual seria hegemônica, recusou-se e elaborou sua própria Constituição em 1854. Então, duas unidades políticas independentes entre si e em permanente atrito, a Confederação Argentina, com sede em Paraná, e o Estado de Buenos Aires. Ambos reconheceram a independência do Paraguai, que teve franqueada a navegação do Prata e do rio Paraná. (DORATIOTO, 2002, p.20)

Em seu livro *La era de Mitre: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia*, de 1968, o historiador argentino Miliciades Peña escreve que a divisão da Argentina resultou de orientações diferentes da política, da economia e do Estado:

El liberalismo de la burguesía comercial porteña acaudillado por Mitre quería la conquista de la propia república o la desmembración de su soberanía. Era nacional para gobernar y dirigir la nación en su beneficio, pero aislacionista y secesionista si se traba de obedecer en el otro seno de una nación gobernada por otros intereses. (PEÑA, 1968, p.8)

León Pomer coloca também de maneira precisa esta divisão da seguinte forma:

Derrubado Rosas, começou na Argentina o processo de constituição de um Estado nacional. Mas a primeira consequência foi o aparecimento de dois Estados: Buenos Aires e a Confederação Argentina, rivais entre si numa luta surda e espetacular ao mesmo tempo. Na antiga capital do vice-reino, um grupo de poderosos comerciantes, proprietários de terras, charqueadores e alguns intelectuais acreditou ser necessário estabelecer com a máxima clareza que ou constituíam um Estado Nacional e exerciam a dominação, ou tal Estado nunca existiria, ao menos como unidade das províncias que sob Rosas se haviam denominado Confederação Argentina. Já província de Entre Ríos, sob a liderança do general Justo José Urquiza, se havia desenvolvido durante o período rosista, principalmente nos últimos dez anos, um poder apto a disputar com Buenos Aires a direção do processo de constituição da Nação; poder que necessitava, ao mesmo tempo, exportar livremente

a produção de seus campos e de carne salgada, sem as interferências por um único porto manejado por mãos alheias. (POMER, 1979, p.55)

Segue o mesmo autor:

Entre 11 de setembro de 1852 (sete meses depois da batalha de Caseros) e 17 de setembro de 1861, ambos os Estados argentinos usaram as mais variadas armas, sem exclusão das militares: a última data corresponde à batalha de Pavón, na qual a Confederação será derrubada e Buenos Aires haverá de assumir decididamente a direção do processo. (POMER, 1979, p.121)

O Império firmaria com os argentinos um tratado de livre comércio e navegação, segundo podemos ler no trecho do historiador Rosa.

[...] el 7 de marzo de 1856 se firmó el “tratado de amistad y navegación” argentino-brasileño donde se estipulaba la libertad de Brasil para actuar en el Paraguay y República Oriental, y también para navegar los ríos Paraná, Uruguay y Paraguay ‘tanto embarcaciones mercantes como de guerra’ (art. 14), obligándose a ‘emplear los medios a su alcance para que la República del Paraguay adhiriera a las estipulaciones que preceden’ (art.20). Por las dudas de una guerra paraguayo-brasileña, quedaba permitido el tránsito y abastecimiento de la escuadra imperial por el Paraná sin sufrir molestia (art.19). (ROSA, 1985, pp.33-34)

Francisco Doratioto, em *Maldita Guerra*, escrito em 2002, destaca que esse documento criaria um compromisso futuro entre ambos os governos: “Ao propor ao governo argentino a aliança contra o Paraguai, Paranhos reivindicava a aplicação do Tratado de 1857, assinado entre a Confederação Argentina e o Império. Por esse documento, os dois países se comprometiam a agir de comum acordo se o governo paraguaio atacasse um deles.” (DORATIOTO, 2002, p.72)

Destacamos nesse acordo que este não era puramente defensivo, uma vez que propunha uma aliança contra o Paraguai. Poderia se falar em uma aliança defensivo-ofensiva.

Em 1859, ocorreu a batalha de Cepeda, onde Mitre e Urquiza atacaram-se nesta intermitente guerra civil. Milicíades Peña escreve que:

Em la batalla de Cepeda, el ejército de la oligarquía portuaria comandada por Mitre fue derrotado por el ejército nacional que dirigía Urquiza. Urquiza perdió 24 jefes y 300 hombres. Mitre perdió 2000 soldados, toda la caballería, 20 cañones, varios miles de fusiles, enormidad de municiones, todos los carros, el parque y toda caballería de repuesto. (PEÑA, 1968, p.16)

Urquiza vence seu rival de modo indubitável, como escrito no trecho de Peña. É mandado, então, à Argentina um navio paraguaio com Francisco Solano López com o intuito de intermediar uma solução pacífica para o conflito. Ele parte a bordo do Taquarí, e acaba por impedir que os vencedores ocupem Buenos Aires. (ROSA, 1985)

Rosa escreve que Solano López teria ido até a Argentina para negociar uma paz, por uma Argentina unida.

El 27 de setiembre (1859) deja Solano Asunción a bordo del vapor paraguayo de guerra Tacuarí. El posible que haya influido en su padre para cambiar la promesa de ayuda por esa misión de paz. ¿Por qué no ha querido cooperar al aplastamiento de los liberales, dueños de Buenos Aires, a quienes sabe partidarios del imperio? Tal vez ha buscado ganárselos a la causa del Paraguay, tal vez considera que una Confederación Argentina fuerte y unida es la mejor garantía para la república guaraní contra su amenazador vecino lusitano. O lo ha hecho por un fraternal deseo de poner en la familia argentina. (ROSA, 1985, p.62)

Solano López teria preferência por uma Argentina forte e unida, pois isso seria uma melhor garantia contra o Império do Brasil. E Doratioto, no livro *Maldita Guerra*, escreve ainda que o governante paraguaio contava com a forte rivalidade entre o governo brasileiro e o de Buenos Aires para poder negociar em uma situação de maior equilíbrio.

Apenas a continuidade da forte rivalidade entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro permitiria a Solano López ocupar uma posição em pé de igualdade com os dois vizinhos. Tal igualdade dar-se-ia basicamente devido ao fato de que, tanto o governo argentino, quanto o brasileiro, na tentativa de isolarem um lado do outro, procurariam estreitar relações com Assunção. Além disso, o Paraguai contaria adicionalmente com a ascendência que possuía sobre os blancos uruguaios e federalistas argentinos para se justificar como parte integrante nas questões platinas. (DORATIOTO, 2002, p.49)

Contudo, se Solano López se via como um “pacificador”, na Argentina, ele era visto como um intruso, segundo as palavras de Doratioto, no trabalho supracitado:

Instrumentalizando as contradições platinas, Solano López procurou estabelecer a influência de seu país como parte legítima no quadro regional e fator de pacificação e estabilidade na área. Para a Argentina, contudo, o governo paraguaio era tido como um intruso, cuja presença no Prata poderia constituir uma ameaça ao Estado argentino. (DORATIOTO, 2002, p.50)

Contudo, é importante, mais uma vez, salientar que o citado autor se refere a Argentina como um todo, enquanto se tratava do governo argentino, representante de uma facção, hegemônica, de seu território, a portenho-unitarista. Os que rejeitavam a intrusão paraguaia eram, sobretudo os *Unitarios* de Buenos Aires, salvos pela mediação paraguaia. Os federalistas das províncias, não apenas apoiavam essa política de Solano López, mas o viam como um aliado, contra o liberal-unitarismo.

Miliciades Peña escreve a respeito da superioridade econômica da rica província de Buenos Aires diante da Confederação Argentina:

La oligarquía porteña en Estado Libre de Buenos Aires era consciente de su poderío frente a la debilidad del resto del país agrupado en la Confederación Argentina con capital en Paraná. De los cuatro millones de renta en oro que producía la sola aduana de la Capital, dos por lo menos debían corresponder a las provincias que por la separación ya perpetrada de hecho no recubrían un solo peso, aprovechando todo Buenos Aires. (PEÑA, 1968, p.19)

Peña refere-se à importância de Urquiza e dos criadores-charqueadores-gaúchos de Entre Rios e Corrientes no enfrentamento entre as classes dominantes de Buenos Aires e o bloco social formado em torno da Confederação Argentina.

Dentro de la Confederación, las provincias interiores eran el irreductible enemigo de la oligarquía porteña, de la cual sólo podían esperar su completa anulación. Pero frente a Buenos Aires estos elementos eran por sí solos incapaces de oponer otra cosa que una resistencia desesperada, heroica y en última instancia condenada al fracaso. (PEÑA, 1968, p.23)

O autor supracitado segue o raciocínio:

El único sector de la Confederación capaz de enfrentar la oligarquía porteña - aunque con las desventajas que hemos visto - eran los ganaderos entrerrianos, acaudillados por Urquiza, el mayor de estos. Pero esta clase tenía intereses - aunque competitivos - similares a los de la oligarquía porteña, y entre la perspectiva de una larga guerra civil que arruinaría sus negocios y un acuerdo que dejara en manos de Buenos Aires la dirección de país, pero otorgase plena independencia y garantías a los ganaderos entrerrianos, se inclinaba fatalmente, por el peso de sus crecientes intereses capitalistas, en sentido de este acuerdo. (PEÑA, 1968, p.25)

Buenos Aires partiu para o ataque contra a Confederação Argentina em 1860, com uma manobra que levou a um rompimento de relações entre ambas administrações e a abrir caminho para uma guerra total. A cidade portuária, antiga capital do Vice-Reinado elegeu deputados para o Congresso Nacional que os rachaçou, alegando violação da Constituição. Foi o pretexto usado para o rompimento de relações de Buenos Aires com a Confederação Argentina e a declaração de guerra. Por outro lado, Mitre oferece um acordo a Urquiza, onde o país ficaria nas mãos da oligarquia bonaerense, mas associados aos criadores de gado de Entre Rios, que teriam um papel coadjuvante. Com o rompimento de relações entre Buenos Aires e a Confederação Argentina, segundo Peña, a província portenha deixaria de pagar seus subsídios à Confederação para comprar armas da Inglaterra, deixando sua irmã rival completamente empobrecida, desorganizada e desarmada. (PEÑA, 1968)

Dessa maneira, abriu-se caminho para a Batalha de Pavón, de 1861, vencida por Buenos Aires, colocando Bartolomé Mitre na presidência da Argentina. Urquiza se retirará para Entre Rios, onde governará até ser assassinado em 1870.

4. A batalha de Pavón e a retirada de Urquiza.

Peña escreve sobre as condições de ambos contendores antes de se iniciar a batalha final:

En vísperas de la batalla final, que habría de producirse en Pavón, Buenos Aires era militarmente superior a la Confederación y la ciudad resultaba invulnerable al sitio o la invasión. Todos los factores militares favorecían a Buenos Aires, excepto la desventaja no depreciable de tener al frente de su ejército a Bartolomé Mitre, un

general que demostraría en los hechos ser uno de los más ineptos del país y sus alrededores. (PEÑA, 1968, pp.26-27)

A dualidade de poderes entre a Confederação e Buenos Aires se resolve na batalha de Pavón, em setembro de 1861. O fim da batalha é inesperado, pois um fato acaba por decidi-la. Quando a luta entre os exércitos vergava em favor dos *Federalistas* e Mitre já fugia em direção a Buenos Aires. Neste momento, Urquiza se retira do campo de batalha. José Maria Rosa analisa de maneira mais detida essa retirada:

17 de setiembre de 1861. Chocan los ejércitos cerca de la estancias de Palacios junto al arroyo Pavón de Sana Fe. La caballería porteña se debanda; ceden la izquierda y la derecha ante el empuje de las cargas federales. Apenas si el centro mantiene una débil resistencia que no puede prolongarse. Mitre toma del camino de San Nicolás, la rota de los derrotados en la zona. [...] Inexplicablemente Urquiza también se retira del campo. Lentamente, al tranco de sus caballos, los jinetes entrerrianos que van. Es una retirada con ralentisseur para demostrar que es voluntaria. [...] Mitre, que anunciaba su victoria por el trompeteo de los periódicos porteños, no puede moverse de la estancia de Palacios pues no tiene caballada; si Urquiza volviese, en una sola carga daría cuenta de los porteños. [...] Finalmente Mitre, que no las tiene todas consigo y está desconcertado por la victoria, empieza a moverse de Pavón a Rosario. (ROSA, 1985, pp.67-68-69)

A pergunta que fica no ar é por que Urquiza desistiu da luta. Qual foi o derradeiro motivo que levou o líder da Confederação a se retirar da batalha, abrindo caminho para Bartolomé Mitre vencer e destruir a Confederação Argentina? Haveria algum propósito nessa atitude do governador de Entre Rios? Miliciades Peña escreve que, apesar de rivais, Mitre e Urquiza, ou seja, os interesses hegemônicos de Buenos Aires e de Entre Rios, não eram portadores de ideologias e interesses completamente distintas ou incompatíveis.

En verdad, fue reiteradamente maniobrado y contramaniobrado por Mitre, que parecía a veces jugar con él, pero esto es lo que ocurre siempre cuando un político que representa intereses dispuestos a ir hasta el fin para lograr sus objetivos se enfrenta a otro que, como Urquiza, busca la conciliación y no desea entablar una lucha a muerte. (PEÑA, 1968, p.30)

Urquiza, ao que tudo indica, considerou que os prejuízos causados por uma guerra total contra Buenos Aires traria mais prejuízos que benefícios ao país unificado. Também pode ter considerado que a vitória dos portenhos não prejudicaria o andamento dos negócios dos criadores de gado de Entre Rios, desde que Mitre não monopolizasse a navegação dos rios, como fizera Rosas. Justo José de Urquiza aceitava ser um coadjuvante no governo argentino. (PEÑA, 1968)

E dessa forma se abre caminho para a unificação argentina. Unificação esta que se dá com a oligarquia de Buenos Aires como grande protagonista, com Justo José de Urquiza tendo aceitado ser um ator de segunda importância dentro do país. Ficará a Bartolomé Mitre, o novo presidente argentino a missão de não só unificar de fato e de direito seu país, como de

pacificar os vencidos, muitas vezes à força, pois nem todos irão concordar com a atitude de Urquiza.

5. A Argentina de Mitre.

O interior da Argentina é que viria a sofrer as consequências da atitude de Urquiza. Mitre declararia guerra às províncias a fim de unificá-las sob o poder da oligarquia bonaerense. Miliciades Peña escreve que:

Liberado a su suerte, el Interior estaba condenado a sufrir la aplanadora porteña, auxiliada por los núcleos oligárquicos locales que se acoplaban al tren victorioso del liberalismo mitrista financiado por el comercio de Buenos Aires y es sintomático que hasta último momento los montoneros que resistían con el apoyo de las poblaciones locales al ejército de línea porteño, combatían sin ilusiones de obtener por sí la victoria, confinados sólo en que su resistencia permitiría la insurrección de Urquiza. Pero no habría tal insurrección. Los ganaderos entrerrianos querían hacer sus negocios y nada más, y la oligarquía porteña podía realizar sin tropiezos por el lado de Entre Ríos la pacificación del país. (PEÑA, 1968, p.33)

Destaque-se o fato que Miliciades Peña, como veremos oportunamente, não vê possibilidade de vitória nas guerrilhas das províncias. Ele mesmo dirá mais adiante que elas têm apenas uma ilusão de vitória e que seu único caminho será sucumbir lutando, sem oferecer uma alternativa viável ao domínio de Buenos Aires. Entretanto, ao analisar a organização social paraguaia, aponta que esta seria uma alternativa desenvolvimentista autônoma, ou seja, uma via nacional possível para o capitalismo, à margem das soluções liberais e exportadoras hegemônicas na Argentina.

Com o intuito de solidificar sua vitória, Mitre contratou militares uruguaios para derrotar as províncias interioranas. O governo de Buenos Aires se impôs não pela aceitação da maioria das populações, mas sim, pela força das armas, as baionetas. Para levar essa repressão a cabo, o presidente argentino contratou militares uruguaios, como Venâncio Flores, Paunero, Rivas, Iseas e Arredondo, para que estes não sofressem com “inibições sentimentais”. (PEÑA, 1968)

Rosa ainda menciona o massacre promovido pelo uruaio Venâncio Flores.

Venancio Flores, que antes fue presidente de la República Oriental por una revolución de los colorados, es jefe de la vanguardia de Mitre. Se adelanta a Cañada de Gomes y sorprende, el 22 de noviembre, al grueso del ejército federal que sigue esperando órdenes de Urquiza. Flores pasa a degüello los más reacios e incorpora los demás. (ROSA, 1985, p.69)

Ainda a respeito das divergencia entre Buenos Aires e a Confederação, o autor Peña escreve que no campo econômico, elas não eram muito acentuadas, destacando o fato de que Justo José de Urquiza era um grande estancieiro e saladeiro:

La Confederación tenía una base más popular que la de la oligarquía porteña, pero en el terreno económico su política conducía a los mismos resultados que los de su grande rival, con la diferencia de que sus beneficios no los concentraba en Buenos Aires sino que los hacía llegar hasta los ganaderos y el comercio del litoral. Si la Confederación hubiera triunfado podría haber destruido el poder militar de la oligarquía platense, pero no su base económica – a menos que Urquiza, celoso guardián de la propiedad estancieril, hubiera expropiado estancias y estatizado el comercio -, lo que es tan inconcebible como un sapo con barba. (PEÑA, 1968, p.40)

Ou seja, Miliciades Peña escreve que não haveria grandes mudanças na política dos *Federalistas* de Urquiza, a menos que ele se colocasse contra os grandes estancieiros e saladeiros e comerciantes. E essa atitude, o caudilho não tomaria, pois se o fizesse estaria indo contra os interesses de sua própria classe. O Paraguai é que se apresentava como uma alternativa viável contra a política liberal e importadora de Buenos Aires.

Urquiza se manteria como governador de Entre Rios, e segundo Rosa:

El mismo Urquiza, que tanto había hecho temblar a Buenos Aires, estaba a principios de 1863, tranquilo y contemporizador. Aunque la opinión de su comprovincianos era, lógicamente antimitrista, acabaría de hacer votar por Mitre a los entrerrianos en la elección presidencial de 1862. No quería que nada lo turbase en el disfrute tranquilo de su gobierno y su patrimonio. No obstante era todavía el jefe del federalismo, el gobernador de la provincia más federal de la Argentina. (PEÑA, 1968, p.107)

Ainda segundo José Maria Rosa, depois da batalha de Pavón, Urquiza ficaria com sua imagem de líder federalista seriamente arranhada.

La verdad es que Urquiza estaba en 1863 muy desprestigiado, salvo ante la masa federal que lo mantenía como un mito. Los dirigentes del interior le inculpaban la retirada de Pavón, su inercia ante las masacres y su alianza, pelo menos aparente, con Mitre; los liberales recordaban su condición de caudillo federal, sus matanzas en el Potrero de Vences y el susto de Cepeda. Ni dentro ni fuera del país nadie creía una palabra. (PEÑA, 1968, p.111)

Miliciades Peña escreve que havia outro inimigo da oligarquia portenha, que por sua vez, tinha melhores condições de mover uma guerra. Quem seria este outro antagonista de Buenos Aires? Segundo escreve o citado autor:

La destrucción de la Confederación Argentina, por deserción de Urquiza y fusilamiento masivo de las montoneras del interior aseguró la soberanía de la oligarquía metropolitana sobre todo el país. Aunque, sólo a medias. Paraná arriba, existía um Estado que reunía contra la oligarquía porteña todos los antagonismos de los productores del Litoral y las provincias interiores, pero sin la debilidad de éstas ni la posibilidad de acuerdos de aquéllos. Era el Paraguay. (PEÑA, 1968, p.146)

Miliciades Peña escreve que a Guerra do Paraguai teria sido o desfecho de uma antiga rivalidade existente entre a burguesia portenha e os paraguaios. Rivalidade esta que se arrastava desde os tempos coloniais devido aos impostos e aos monopólios comerciais, como assinalado.

La guerra contra el Paraguay fue la continuación lógica y la última etapa de la guerra de la oligarquía mitrista contra el Litoral y las provincias interiores argentinas, en

que un doble sentido. Desde luego, porque la potencia económica del Estado paraguayo chocaba desde los más viejos tiempos con el monopolio aduanero y portuario de Buenos Aires, dificultando su dominio indisputado sobre todo o litoral, y constituyendo un foco constante de atracción y reagrupamiento para las derrotadas provincias interiores e incluso para los claudicantes estancieros del Litoral en sus momentos de conflicto con sus colegas de Buenos Aires. (PEÑA, 1968, p.48)

O Paraguai então se apresentava como a alternativa ao modelo importador de Buenos Aires. A situação a que teria chegado o país guarani fora forjada desde os tempos do dr. Francia, com o isolamento e a autossuficiência, que são destacados pelo autor Raul de Andrada e Silva, em *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai 1814-1840, de 1978*:

Com efeito, a Ditadura converteu-se não somente num Estado proprietário, dono de vasto patrimônio, mas em gestor dos empreendimentos estatais, e por outro lado, agiu como órgão da solidariedade moral entre os indivíduos e promotor do bem-estar geral do povo. Aí estão duas coincidências bem claras entre a estatização de Francia e as idéias do Socialismo de Estado. [...] Era ilimitada [sic], portanto, a intervenção do Estado na vida econômica, impondo toda a sorte de restrições à ação individual. Tal intervencionismo resultava da autarquia. Mas, tinha em vista menos o progresso material que a salvaguarda dos direitos políticos e econômicos do Paraguai, em toda a sua plenitude. (SILVA, 1978, pp.208-209-210)

Em alguns autores, o Estado guarani é apontado, em forma certamente abusiva, como um quase socialismo. José Maria Rosa chega a dizer que o Paraguai é um Estado socialista e paternalista. (ROSA, 1985)

Manilio Cancogni e Ivan Boris em *Solano López, o Napoleão do Prata, de 1970*, escrevem que Carlos Antonio López, com o capital acumulado nos tempos do dr. Francia, iniciou a modernização do país, importando tecnologia e contratando técnicos estrangeiros. O que é diverso. Destacam-se a fundição de Ibicui, as ferrovias, o telégrafo, o telefone, as manufaturas, a esquadra.

Entre o numeroso pessoal de gabarito que trabalhava por conta do governo havia dois técnicos altamente qualificados. Um deles era o engenheiro-chefe inglês John William Whitehead, homem de grande capacidade, mesmo no setor administrativo, diretor do arsenal de Assunção, que morreu no primeiro ano da guerra. O outro era o coronel George Thompson, especialista em artilharia. [...] E foi com o impulso dado por esses técnicos que o Paraguai, durante os últimos anos da presidência de Carlos Antonio, ultrapassou todos os demais países da América Latina (inclusive a Argentina) no tocante a ferrovias, telégrafos, estaleiros e arsenais. [...] Carlos Antonio conseguiu transformar o país graças às imensas riquezas acumuladas por Francia nos cofres públicos durante os vinte e cinco anos de seu mandato. Aquele dinheiro, fruto do confisco dos bens de grandes proprietários e da Igreja, permitiram-lhe adquirir máquinas, patentes e plantas industriais, assim como pagar bons salários ao pessoal contratado. (CANCOGNI; BORIS, 1970, pp.39-40)

E é esse desenvolvimento “endógeno”, não na superação relativa da Argentina e do Brasil, mas na sua realização sem endividamento internacional, sob o controle do Estado, que é colocado, por autores como Peña, como uma alternativa de fato à política de importação da

oligarquia liberal de Buenos Aires liderada por Bartolomé Mitre. Política favorável, por um lado, ao livre-cambismo, mas, por outro, defensora do monopólio portuário portenho.

Depois de esmagar as revoltas do interior, bem como mandar assassinar um dos expoentes do descontentamento com a política da oligarquia portenha – *el Chacho* -, Mitre passou a ter como objetivo impor a centralização de toda a Argentina, sob a mão dos *Unitarios*. Mas, para isso, ainda teria de derrotar o Paraguai, modelo que poderia servir de alternativa ao desenvolvimento desejado por ele e sua classe social. O país guarani ainda poderia ser um estímulo permanente às revoltas intestinas e à contestação ao modelo mitrista.

Nos primeiros anos da década de 1860, a Argentina de Mitre foi acusada de apoiar a revolta do colorado Venâncio Flores contra o presidente constitucional Anastasio Aguirre. Embora tenha se declarado neutro, é difícil imaginar que essa neutralidade seja verdadeira, levando em consideração que Flores combatera sob suas ordens na batalha de Pavón e, principalmente, tendo em vista que o caudilho uruguaio partiu com soldados e armas de Buenos Aires.

O governo do Paraguai deixara claro que qualquer intervenção no Uruguai seria equivalente a uma declaração de guerra. Mesmo assim, o Império – com a licença expressa do governo mitrista, que incentivara tal ação – invadiu o território oriental. Como resposta, o Paraguai invadiu o Mato Grosso e pediu autorização a Mitre para cruzar o território argentino com o intuito de chegar ao Uruguai. No entanto, Mitre, após ter autorizado anteriormente que o exército imperial utilizasse seu território para exercícios, nega o passo das tropas paraguaias, precisamente para criar situação de guerra com aquele país. Ante essa reação, Solano López declara guerra à Argentina e invade a província de Entre Rios. Mitre oculta a declaração de guerra, apresentando-a simplesmente como uma agressão paraguaia em tempos de paz, na perspectiva de unificar o país em guerra contra o partido *Blanco* no Uruguai e o governo paraguaio. Integrava essa estratégia o desejo permanente de incorporar a província rebelde. (DORATIOTO, 2002)

Em maio de 1865 foi firmado o Tratado da Tríplice Aliança, onde o Império, a Argentina liderada por Mitre e o Uruguai de Venâncio Flores entraram em guerra contra o Paraguai. No entanto, devemos lembrar que os dois últimos fortemente divididos. O presidente argentino Bartolomé Mitre agiu de modo a legitimar a aliança com o Império da seguinte maneira: primeiramente, preparou a intervenção do Império ao Uruguai e impediu o acesso das tropas paraguaias ao front de combate, impondo a invasão de Corrientes para em seguida, apresentar a guerra que movia contra o Paraguai como um confronto da tirania contra

a liberdade; em segundo lugar, ocultou a declaração de guerra por parte de Francisco Solano López, apresentando a invasão paraguaia como um ato de traição, no qual os argentinos teriam sido agredidos em tempos de paz, buscando, assim, apoio para uma ação militar contra o Estado Guarani. (ROSA, 1985)

Segundo Rosa, ao invadirem Corrientes, os paraguaios não foram recebidos, ao menos no início, como invasores, pois lá contavam com simpatizantes *Federalistas*. “No hubo lucha. [...] fue presentado estruendosamente como ‘una agresión en plena paz, que obligaba al honor argentino’. Los diarios mitristas batieron el parece y los mismos antimitristas se les acoplaron por lo que entendieron ‘un agravio al pabellón nacional’. Hubo manifestaciones patrióticas en Buenos Aires [...]. (ROSA, 1985, p.191) Por outro lado, nessa região, era muito forte a população de cultura guarani, o que jogava também contra o mitrismo”. (CANCOGNI; BORIS, 1970)

Mitre colocara-se, objetivamente, contra o Paraguai, ao apoiar ativamente a deposição dos *blancos* e a intervenção imperial no Uruguai. Conclui-se isso, sabendo que os *blancos* eram os últimos aliados em potencial do Paraguai. E que se os *colorados* tomassem o poder no Estado Oriental, o Paraguai ficaria isolado no coração da América do Sul, cercado de governos hostis e sem acesso aos portos. Finalmente negara o direito de passagem das tropas paraguaias por seu território, concessão acordada anteriormente ao Império pelo governo argentino.

Dessa forma, se iniciou no Uruguai uma ação armada, com o intuito de colocar fim ao domínio dos *blancos*, mas que somente seria complementada no mandato do próximo presidente, Aguirre, conforme lemos em *Maldita Guerra*: “Em abril de 1863 o caudilho colorado Venâncio Flores, que, no ano anterior, combatera sob as ordens de Mitre na batalha de Pavón, invadiu o Uruguai com tropas recrutadas e organizadas em Buenos Aires e com o beneplácito do governo argentino.” (DORATIOTO, 2002, p.46)

É fundamental ressaltar que houve uma admoestação clara e explícita do governo paraguaio ao Império para o caso de uma invasão imperial no Uruguai. Para muitos historiadores, a invasão imperial na República uruguaia o início da Guerra do Paraguai.

No sabía Saraiva el 7 de setiembre que Paraguay había tomado cartas en el juego. El 30 de agosto, por nota del ministro Bergés al representante brasileño Vianna de Lima, hacía saber a Brasil breve enérgicamente que en conocimiento del ultimátum a Uruguay del 4, ‘Paraguay juzgará cualquier ocupación de territorio oriental... como atentatorio al equilibrio de los Estados del Plata... descargándose desde luego, de toda responsabilidad de las ulterioridades’. Era, pues, la guerra; la tan temida guerra com Paraguay si seguían las ‘represalias’. (ROSA, 1985, p.148)

O governo imperial não teria dado maior importância ao aviso dado por Solano López, e segundo Doratioto, em seu texto *A Guerra do Paraguai*:

A ameaça implícita nessa nota paraguaia não foi levada a sério quer pelo governo Imperial, quer pelo argentino. Em 12 de setembro, em decorrência do ultimatum, tropas brasileiras penetraram em território uruguaio, retornando dias depois ao Rio Grande do Sul. Em 20 de outubro, o vice-almirante Tamandaré, que substituíra Saraiva como representante político do Império no Uruguai, assinou o Acordo de Santa Lúcia com Venâncio Flores, pelo qual se estabelecia a cooperação entre aquele caudilho e as forças brasileiras. (DORATIOTO, 1998, pp.204-205)

É discutível a posição de Doratioto quanto ao fato de o Império não ter dado maior importância a uma declaração de guerra. Se assim tivesse sido, seria imensa a incompetência da arguta diplomacia imperial. Se esta última tivesse compreendido, ao contrário, o sentido pleno daquela clara declaração, a invasão do Uruguai objetivaria também, abrir confronto contra o Paraguai.

Segundo Doratioto, em *Maldita Guerra*, como Aguirre não atendeu ao ultimatum, os imperiais invadiram o território uruguaio, sob as ordens de Mena Barreto, entregando a vila de Melo ao general Flores. Depois de tomarem a vila de Salto em ação conjunta com Tamandaré, os uruguaios cercaram Paissandu, sendo reforçados pelas tropas do general Souza Neto, rumando para Montevidéu em janeiro de 1865. (DORATIOTO, 2002)

A República Oriental do Uruguai foi ao longo do século 19 alvo de seguidas investidas do Império e de Buenos Aires. Tanto um como outro tinha interesse no pequeno país. O Império, que perdeu o domínio sobre o Uruguai em 1828, impôs uma série de tratados draconianos em 1851, após intervenção militar no país. Também interferiu na derrubada de Oribe e posteriormente de Aguirre, reconstruindo sua hegemonia naquela nação. Seu objetivo foi sempre a manutenção dos privilégios dos proprietários rio-grandenses; impor a livre navegação do Prata; obter vantagens comerciais no país; ampliar suas fronteiras; enfraquecer a Argentina e impedir a gênese de qualquer nação hegemônica na região. Programa imperialista que acabaria por levar o Paraguai, em defesa de sua autonomia, a tomar partido na disputa, apoiando o Uruguai e a romper relações com o Império e, a seguir, com a Argentina de Mitre.

O presidente Bartolomé Mitre teria encontrado na invasão de Corrientes uma forma de conseguir baixo consenso da população argentina com seu governo e sua política, com destaque para a população provincial. O que para Francisco Solano López teria sido uma ocupação militar, um movimento de guerra, teria sido apresentado por Mitre à sua população como uma invasão em período de paz, escondendo a declaração de guerra apresentada pelo

presidente paraguaio e a política de favorecimento do confronto, que fora responsável, ao apoiar a invasão de Flores no Uruguai e a guerra civil naquele país. A Argentina, que entrou na Guerra do Paraguai ao lado do Brasil, o fez fortemente dividida entre os que apoiavam Mitre e seu apoio ao Império e os que tinham mais simpatia pelo Paraguai e não sabiam o motivo de estarem contra o país guarani.

Considerações Finais.

O presente artigo centrou a análise no processo da consolidação do Estado Nacional argentino, desde a Guerra Civil até a ascensão de Bartolomé Mitre à presidência da República. Foi possível ver que Buenos Aires sempre foi uma proeminente cidade da região, uma vez que além de portuária, era a capital do Vice-Reinado do Prata, o que lhe propiciou formar uma oligarquia importadora influente, que iria após a Batalha de Pavón impor seu modelo econômico. Para chegar à unificação, a Argentina enfrentou uma batalha intermitente entre seus dois expoentes, Justo José de Urquiza *versus* Bartolomé Mitre, liderando Confederação Argentina e Buenos Aires respectivamente. Entretanto, após a retirada de Urquiza, a ascensão de Mitre à presidência da Argentina não garantiu a pacificação do país, uma vez que continuou a haver resistência no interior. Resistência essa que foi esmagada violentamente por Mitre, utilizando inclusive militares uruguaios, para evitar “crises sentimentais” por parte dos soldados argentinos. E foi buscando desbaratar possíveis ameaças a seu governo e destruir um modelo de desenvolvimento econômico que surgia como opção ao imposto pela oligarquia bonaerense, que a Mitre passou a considerar fundamental derrotar o Paraguai de Francisco Solano López.

Referências Bibliográficas:

ALBERDI, Juan Bautista. *La República Argentina consolidada em 1880 con la ciudad de Buenos Aires por capital*. Impreta de Pablo E. Coni: Buenos Aires, 1881.

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança*. 2a São Paulo: Ensaio; Brasília, DF; Editora da Universidade de Brasília, 1995.

CANGOGNI, Manilio; BORIS, Ivan. *Solano López, o Napoleão do Prata*. Rio de Janeiro: Civilização, 1970.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *A Guerra do Paraguai*. In História do Cone Sul. Rio de Janeiro, Brasília: UnB, 1998.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MAESTRI, Mario. *Mar del Plata: Dominação e Autonomia no Sul da América: Argentina, Brasil, Uruguai (1810-1864)*.

PEÑA, Miliciades. *La era de Mitre: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia*. 3a ed. Buenos Aires: Ediciones Fichas, 1968.

POMER, Leon. *Os conflitos na Bacia do Prata*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ROSA, José María. *La guerra del Paraguay: y las montoneras argentinas*. -1a Ed.- Buenos Aires: Punto de Encuentro, 1985.

SILVA, Raul de Andrada. *Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai 1814 – 1840*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, Série Ensaio, 1978.